



NOTAS PORTUGUESAS



Ainda os documentários nacionais



A chamada lei de protecção à indústria nacional estipula que, em todos os programas das nossas salas, sejam incluídos cem metros de filme português. A ideia foi louvável e bem intencionada. Os resultados, porém, são e têm sido deploráveis.

Por um conjunto de circunstâncias, que procuraremos esclarecer, a lei de protecção ao cinema, em Portugal, tornou-se capa de misericórdia de todas as experiências, de todos os ensaios falhados, de todos os abôrtos cinegráficos que, por mal dos nossos pecados, continuamos a ser obrigados a aturar.

Na página cinegráfica do *Século* escrevemos há tempos, um artigo em que condenávamos o pouco escrúpulo artístico dos que, para satisfazer a lei, não hesitam em apresentar, publicamente, certos filmes que nunca deviam ter saído dos laboratórios.

Apontávamos alguns exemplos de filmes em que o mau gosto corria parrelhas com a imperfeição técnica—inferior, ainda, àquela que temos de admitir num país como o nosso, em que os apetrechos cinegráficos, modernos e aperfeiçoados, quasi não existem—e pedíamos que houvesse mais brio profissional, mais respeito pelo público, para ver se, assim, se poderia olhar doutra maneira, o Cinema português. Não foi positivamente prégar no deserto, visto que algumas cartas curiosas nos foram dirigidas, sobre o assunto, de vários pontos do país.

«Os documentários portugueses são maus, diziam-me, porque como alude no final do seu artigo, são mal pagos. Os lucros dificilmente nos cobrem a despesa, não sendo possível obter um remanescente, destinado a melhoramentos de material, ao emprêgo de película mais adequada a certas scenas e mais cara, a deslocações que nos permitam fazer tomadas de vistas em sítios mais pitorescos e interessantes, etc.»

Circunstâncias várias impediram-nos de que, nessa altura, voltássemos ao assunto. Vamos fazê-lo hoje, porém, quanto mais não seja por descargo de consciência...



Suponha o leitor que, com as suas economias, conseguiu comprar um «Kinamo». Gastou três ou quatro contos e vai agora começar a fazer pequenos filmes com a esperança de os vender.

Admitamos até a possibilidade de, mais tarde, poder comprar uma máquina melhor e, como apaixonado de cinema, prosseguir nas suas realizações.

Suponhamos ainda que sabe manejar a câmara suficientemente bem, para não inutilizar metros e metros de película com a aprendizagem, demorando a data em que pode começar a amortizar o dinheiro despendido. Logra fazer um documentário interessante, superior até aos que, por aí, vulgarmente aparecem.

Manda-o revelar e positivar e dá balanço ao gasto de material e trabalhos de laboratório, sem levar em linha de conta as despesas do combóio, do almoço

fora de casa e outras, imprevistas, que sempre surgem. E verifica:

Filme virgem, vulgar.....	2800	o metro	
< positivo	1800	>	>
Trabalhos de revelagem, fixagem e positivagem.....	1870	>	>
Total.....	4870	>	>

Cada metro do seu documentário custou-lhe, pois, 4870.

Reconhece predicados na sua obra. Não a considera uma super-produção, mas reconhece, imparcialmente, que se vê sem enfado: a fotografia é boa; o assunto curioso e os trabalhos de laboratório foram cuidados.

Começa a sua via sacra. Percorre as casas distribuidoras e exibidoras.

—O que quer? — perguntam-lhe.

—Tenho aqui um pequeno documentário português, para vender.

—Dou-lhe 5800 por cada metro — respondem-lhe com indiferença.

O oferente ficou desanimado e replica:

—Mas note: o filme tem coisas muito apreciáveis. Veja-o e será o primeiro a concordar que merece mais.

—Não me interessa, não dou mais do que cinco escudos por cada metro. E' o preço estabelecido.

O jovem produtor retira-se e bate a outra porta. A mesma conversa, a mesma resposta, as mesmas objecções e desilusões — e o filme é vendido pelo preço da tabela, mesquinho.

Sabe quanto ganhou? Três tostões em cada metro! Não julguem que exagero. Este é o caso geral — o resto são excepções.



Agora um facto verídico, passado há meses:

O homem que realiza o filme tem valor. Tem o sentido do cinema. O operador que escolheu e a quem pagou é dos melhores que possuímos. Explorou um bairro de Lisboa cheio de pitoresco e interesse. Correu para lá, dias e dias, à espera dum determinado efeito. Tem brio, primou por fazer uma obra que mostrasse alguma coisa. Apresentou o filme à imprensa. As críticas foram-lhe favoráveis.

O filme é um documentário. Tem cerca de quinhentos metros. O que dizem o exibidor e o distribuidor a tal produção?

—E' muito grande!

Não lhe interessam senão os documentários pequenos, embora ordinários. Não se trata apenas de satisfazer a lei?

Por fim, depois de muitos haverem encolhido os ombros com indiferença, aparece um benemérito que paga o filme a 7850! E' um achado. O filme é bem vendido. E é caso para deitar foguetes.

Vale a pena trabalhar assim? Valeu a pena perderem se horas e horas à espera de obter um efeito que na tela passava num relâmpago? Valeu a pena andar-se a rebuscar, num bairro, o que de mais pitoresco havia, e apresentá-lo na tela, em imagens bellissimas? Não.

Outro exemplo: Dois rapazes lembraram-se de fazer um filme de siluetas animadas. Novos, talentosos e cheios de entusiasmo, removeram numerosas dificuldades, e conseguiram, por fim, produzir um trabalho que, não sendo uma obra prima, é pelo menos a promessa de outros melhores, num futuro mais ou menos próximo.

Chegaram ao fim e fizeram as contas: gastaram cinco contos. Venderam o filme por seis. Lucro: um conto. Dividido por ambos, couberam-lhe umas centenas de escudos, como prémio de três meses de trabalho insano, de noites perdidas, a resolver problemas técnicos.

Deram por bem empregados os seus esforços? Moralmente, sim. Praticamente, não!



Os casos apontados são suficientes para dar idea de como se estimula a produção de filmes nacionais.

O lucro que se tira é quasi nulo. «Não vale a pena fazer obras boas, — dizem elles. Para quê? se não nos pagam?!»

O filme pancromático, que é consideravelmente mais caro, oferece mais garantias de êxito. Mas não se pode empregar. Como? Se a tabela dos cinco escudos não é alterada?!

O espectador, eu sei, atribui as culpas ao realizador. Mas é preciso acentuar que o maior culpado não é elle: é quem compra as películas ordinárias, e as exhibe como se fôsem de superior qualidade.

A selecção não se faz. O incentivo da retribuição, o mais poderoso ainda nos tempos que vão correndo, não existe. Quem faz o documentário tem a certeza de que, por muito mau que saia, encontra sempre quem o compre.

— Creia, dizia-me, há dias, um dos mais distintos operadores portugueses, não vale a pena fazer melhor!



E' desolador. Este estado de coisas não pode de modo algum continuar. A lei que rege a industria cinematográfica nacional tem por objectivo proteger o Cinema português. Observe-se a lei e não a desprezitem aos olhos de todos, por maior que seja a benevolência patriótica com que o encarem.

E' preciso que se coíba o abuso de exhibirem o mesmo documentário em successivos programas de estreia de cinemas da primeira categoria e, em salas diferentes.

E' preciso que as entidades exerçam uma rigorosa censura sobre o valor artistico dos cem metros nacionais, aproveitando o que é bom e recusando o seu «visto» ao que é mau.

Com estas duas medidas, proteger-se há, de algum modo, o Cinema português, collocando-o ao abrigo de abusos e velando pela sua qualidade e pelo seu merecimento.

Conseguido este desideratum, e desde que se remunerasse menos avaramente o trabalho que tam mal compensado é, — muitos documentários nacionais deixariam de ser a vergonha que tantas vezes temos lamentado e outros apareceriam.

FERNANDO FRAGOSO



(Continuação da pág. 2)



●● Que o sr. Anibal Contreiras tem continuado a trabalhar no *decoupage* do seu novo filme.

●● Que provavelmente será financiado por uma empresa distribuidora de filmes da capital.

●● Que *A linha geral*, o famoso filme de Eisenstein, será estreado brevemente no Jardim Passos Manuel, do Porto.

●● Que a apresentação desse filme está merecendo da parte do distinto regente da orquestra do aludido cinema, sr. Renée Bohet, aquele cuidado que sempre costuma pôr em todas as suas brilhantes adaptações musicais.

●● Que o filme sonoro *Sombras brancas*, será apresentado no Salão Jardim da Trindade, logo que o filme *Orquídeas bravas* cesse de se exhibir na sua tela.

●● Que a firma Castello Lopes Lda. além de outros filmes silenciosos, estreará brevemente na tela do Jardim Passos Manuel, do Porto, mais os seguintes: *Chama Divina*, *Marca de Fogo* e *A Dansarina dos Deuses*.

●● Que nos fonofilmes Paramount em português também teremos ensejo de apreciar a sr.^a D. Helena de Azevedo, esposa do ilustre artista Alexandre de Azevedo.

●● Que a sr.^a D. Helena de Azevedo, que é uma *disease* distinctíssima, tem um requintado gosto e compôs muito bem as suas personagens.

●● Que o realizador de *A Portuguesa de Nápoles* ficaria muito satisfeito se um grande actor português acquiescesse a interpretar nesse filme certo papel que tem uma scena de grande intensidade dramática.

●● Que ao mesmo realizador causou desgosto a maneira como um periódico se occupou da principal intérprete do aludido filme, maneira que esteve em desacôrdo com o pensamento que o havia animado a solicitar aquella graciosa publicidade.

●● Que a harmonia não é perfeita entre os membros duma das mais recentes empresas produtoras de filmes e que já tem a sua primeira produção silenciosa pronta a exhibir-se.

●● Que a União Geral dos Exhibidores Portugueses projecta a realização dum congresso nacional cinematográfico, em que serão versados vários assuntos que muito interessam à classe e ao cinematógrafo em geral.

●● Que noticias telegráficas expedidas em 27 de de Novembro de Los Angeles para Nova York dizem estar nesta data gravissimamente enferma a actriz Dolores del Rio.

●● Que se destina a uma casa estrangeira a reportagem cinematográfica do super-avião *Dornier X*, feita pela «Ulyssea-Film», e que virá a figurar num jornal de actualidades.

●● Que no filme *As luzes da cidade*, em que se

(Conclui na pág. 27)